

Reforma Tributária

DESAFIA EMPRESAS DIGITAIS E ESPECIALISTA INDICA CINCO ESTRATÉGIAS PARA ADAPTAÇÃO

Especialista da SAFIE aponta os principais impactos da Reforma Tributária e orienta empresas de tecnologia, negócios digitais e startups sobre como se preparar desde já para reduzir riscos e preservar competitividade

A entrada em vigor da Reforma Tributária neste mês representa uma das mudanças mais significativas no sistema fiscal brasileiro nas últimas décadas. Com o objetivo de simplificar o pagamento de impostos e reduzir a cumulatividade sobre o consumo, a medida deve ter impacto direto em empresas de tecnologia, negócios digitais e startups, que dependem de sistemas integrados, fatura-

mento eletrônico e fluxos recorrentes de receita.

A substituição de tributos como ICMS, ISS, PIS e Cofins por um modelo dual de IVA, composto pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), traz impactos imediatos não apenas contábeis, mas também operacionais, tecnológicos e estratégicos. Um levantamento realizado pela empresa de tecnologia V360

mostra que 72% das empresas brasileiras ainda não estão preparadas ou estruturadas para adaptar seus processos internos às novas regras tributárias, o que amplia os riscos operacionais e estratégicos já em 2026.

Para Ítalo Cunha, sócio e cofundador de uma consultoria especializada em adequação jurídica e regulatória, o período de transição exige atenção redobrada. “A reforma não é apenas uma

mudança de alíquotas. Ela redefine a lógica de apuração, crédito, faturamento e governança fiscal. Para empresas digitais, o impacto começa nos sistemas e chega rapidamente ao caixa e à estratégia”, afirma.

A seguir, o especialista destaca os cinco principais impactos da Reforma Tributária de 2026–2027 para empresas de tecnologia, empresas digitais e startups:



1. Novo modelo de tributos na emissão de notas fiscais

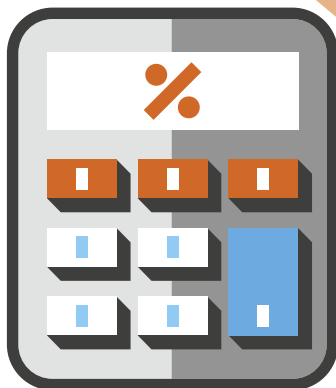
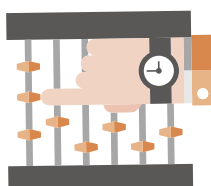
Com a vigência prática da reforma a partir de 1º de janeiro de 2026, todas as empresas passam a ter de destacar CBS e IBS nos documentos fiscais eletrônicos, como NF-e, NFC-e, CT-e e NFS-e. Plataformas digitais, empresas SaaS e negócios baseados em assinatura ou marketplace precisam adequar imediatamente seus sistemas de faturamento.

Essa exigência gera impacto direto em ERPs, integrações contábeis e automações fiscais. Falhas na adaptação podem resultar em rejeições de notas, inconsistências nos registros e penalidades já durante o período de testes, além de retrabalho operacional significativo. “Não é apenas incluir novos campos na nota fiscal. A reforma mexe na lógica do faturamento eletrônico e exige revisão profunda dos sistemas que sustentam a operação das empresas digitais”, alerta Ítalo Cunha.

2. Ano-teste em 2026 com dispensa de recolhimento

Embora CBS e IBS estejam formalmente vigentes em 2026, o governo definiu o período como um ano de testes educativos. Desde que as obrigações acessórias sejam cumpridas corretamente, o recolhimento dos tributos pode ser dispensado nesse primeiro momento.

Para empresas digitais, essa fase representa uma oportunidade estratégica para ajustar processos, atualizar sistemas e treinar equipes sem impacto financeiro imediato. No entanto, o risco está na falsa sensação de segurança: erros cometidos em 2026 podem gerar problemas sérios quando o recolhimento efetivo passar a ser exigido em 2027.



3. Atualização obrigatória de sistemas e tecnologia fiscal

A reforma impõe uma nova camada de complexidade tecnológica. Sistemas de emissão de notas, ERPs, CRMs e plataformas próprias precisarão capturar corretamente os novos campos tributários, calcular créditos e gerar relatórios consolidados de CBS e IBS.

Esse movimento traz custos imediatos de implementação e evidencia uma nova fronteira competitiva: a integração entre tecnologia e compliance tributário. Empresas que se anteciparem tendem a reduzir riscos e ganhar eficiência operacional no médio prazo.



4. Mudança estrutural no cálculo de créditos tributários

A adoção do IVA dual com crédito amplo altera profundamente o fluxo de tributos ao longo da cadeia de valor. Empresas de tecnologia que consomem serviços como cloud computing, software, infraestrutura digital e consultoria passam a ter acesso a créditos mais abrangentes.

Por outro lado, aproveitar corretamente esses créditos exige reestruturação contábil e fiscal. Não se trata de um ajuste pontual, mas de uma reengenharia de processos que impacta margens, precificação e competitividade, especialmente para startups em fase de crescimento acelerado. “O crédito amplo é positivo, mas só para quem consegue operacionalizar isso corretamente. Sem controle e governança fiscal, o que deveria ser ganho vira risco e perda de margem”, destaca o especialista.

5. Impactos diretos em preço, caixa e estratégia

A transição tributária também afeta o fluxo de caixa e a formação de preços. O novo modelo de tributação no destino, aliado à lógica de créditos, exige revisão de estratégias de precificação, contratos e ciclos de faturamento.

Startups e empresas digitais com receitas recorrentes ou atuação em marketplaces precisarão recalibrar projeções financeiras e políticas de retenção de caixa para evitar surpresas fiscais.

Para Ítalo Cunha, o planejamento não é opcional. “Empresas que faturam acima de R\$ 100 mil por mês já deveriam estar revisando seus sistemas, políticas internas e governança fiscal. A Reforma Tributária muda o jogo, e quem se prepara desde agora transforma um risco em vantagem competitiva”, conclui.

